

## **INDÍCIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NA VIRADA DOS SÉCULOS XIX E XX (SANTA MARIA/RS)**

**Daiane Silveira Rossi<sup>1</sup>**

### **Introdução**

Pensando sobre questões de saúde no interior do Rio Grande do Sul, especificamente, em Santa Maria, durante a segunda metade do século XIX, encontrei indícios sobre o que chamei de “estágios” da saúde pública. Foram eles: o primeiro relacionado a transferência cemiterial, o segundo às Posturas Municipais e, por fim, a inserção dos médicos diplomados enquanto agentes da municipalidade. A respeito da saúde pública, a interpretei baseada em pesquisas de Gilberto Hochman (1998) e Dorothy Porter (2001), entendendo-a, assim, como o aumento da consciência das elites e seus interesses no âmbito da saúde, através de ações coletivas ou individuais visando prevenir doenças e interferir nos ambientes por meio de um maior poder de intervenção nos espaços e na população.

Essa pesquisa, a qual deu origem a minha dissertação de mestrado - defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) -, suscitou outras questões que se pretende responder na elaboração da tese de doutorado, a qual está em sua fase inicial. Os “estágios” da saúde pública, ao qual me referi no parágrafo inicial deste artigo, foram fundamentais para que eu pudesse organizar metodologicamente a pesquisa para chegar às perguntas da tese. Explico-os.

Como um primeiro período, ou estágio, da minha interpretação sobre saúde pública na segunda metade do século XIX, considerei a transferência do cemitério da Matriz em Santa Maria, processo que transcorreu entre 1858 e 1879. A partir da análise de correspondências expedidas pelo pároco responsável pela transferência cemiterial, Pe. Antônio Gomes Coelho do Vale, identifiquei justificativas que permeavam questões de saúde na retirada do cemitério do centro da cidade para um local alto, arejado e bem

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Bolsista CAPES. E-mail: daisrossi@gmail.com

afastado da área mais urbanizada. Gomes do Vale afirmou em uma de suas cartas ao presidente da Província, na qual reivindicava recursos para o novo local de enterramentos:

[o cemitério deve]ficar em distância de não serem facilmente trazidas sobre a povoação as **exalações insalubres** (grifo da autora), que cumpre evitar; mais ainda por ser alto, arejado, e conter capacidade para situação de um Cemitério correspondente às precisões do presente e do futuro<sup>2</sup>.

Indícios como esta carta, apresentaram uma inclinação à preocupações com a saúde da população e à higiene dos espaços. Dessa forma, ficou explícita a menção à salubridade, de acordo com a ideia de que ações de saúde pública referem-se a todo tipo de preocupação das autoridades visando prevenir doenças e higienizar os espaços a fim de proteger a população. Assim, confirmou-se a hipótese de que a transferência cemiterial poderia ser considerada uma destas primeiras ações.

Seguindo a linha de raciocínio de que estas ações são todos os tipos de interferências feitas pelos agentes públicos, a fim de melhorar a saúde da população, encontraram-se, entre os registros da transferência cemiterial, várias menções nas atas da Câmara Municipal, à elaboração da lei das Posturas Municipais, destacando a busca pelo melhoramento das condições de salubridade no local. Por isso, entendi que estudar esta legislação daria mais um indício de como as primeiras ações de saúde pública transcorreram na cidade.

Ao analisar a legislação das Posturas Municipais, datada de 1874, percebi que além de possuir diversos artigos que previam melhorias higiênicas na cidade, também haviam menções ao trabalho de profissionais habilitados para exercer a medicina, como médicos diplomados. Foi a partir deste vestígio, agregado ao fato de que, ainda para a pesquisa do primeiro “estágio”, encontrei o livro de óbitos do cemitério assinado por um médico, que iniciei a busca por compreender a atuação desses profissionais em um contexto ainda pouco explorado pela medicina, as últimas décadas do século XIX.

Desta maneira, a partir da análise dos registros de óbitos do cemitério municipal durante o período de 1879 e 1895, mapeei os nomes dos profissionais da medicina que assinaram e deram o diagnóstico desses óbitos e entendi esses médicos como agentes da

---

<sup>2</sup> Correspondências. Assuntos Religiosos. Caixa 11. Maço 22. 07 de agosto 1858. AHRS

municipalidade. Ou seja, prestando um tipo de serviço à Câmara, a qual, após a transferência cemiterial, passou a ser a responsável pelos enterramentos.

Através desta pesquisa, foi possível visualizar quem eram aqueles profissionais que passaram a atuar em Santa Maria nas últimas décadas do século XIX, sendo percebido um gradativo aumento, sobretudo na década de 1890, do número de médicos. Este fato intrigou investigar brevemente suas trajetórias, a fim de compreender porque foram praticar a medicina e se estabelecer naquela cidade do interior do Rio Grande do Sul, chegando ao final daquela década a formar uma sociedade de medicina no local, que, posteriormente, daria origem a um hospital. Com esta investigação, cheguei ao ponto de partida do trabalho que venho desenvolvendo na minha tese doutoral, na qual busco compreender como ocorreu o processo de institucionalização da medicina na primeira República, tendo como objeto de estudo a fundação e os primeiros anos do Hospital de Caridade de Santa Maria.

### **Trajetórias pessoais e o campo médico**

A partir de um levantamento estatístico feito a partir da análise dos registros de óbitos do cemitério municipal de Santa Maria durante 1879 e 1895, percebi a crescente participação dos médicos nos atestados dos óbitos e, sobretudo, a expressiva participação de um sujeito em específico, Pantaleão José Pinto, o qual era quem mais aparecia nos registros. Assim, procurei ir atrás de quem era este personagem, buscando compreender o que o motivou em se tornar médico e a atuar em Santa Maria como um dos mais reconhecidos profissionais da saúde nas décadas finais do século XIX.

Dessa forma, encontrei na trajetória pessoal de Pantaleão, perpassando estratégias familiares, a justificativa para minha questão. O avô paterno desse médico, Constantino José Pinto, foi um sesmeiro, dono de grandes proporções de terras e rebanhos, que se instalou no interior do Rio Grande do Sul a partir das primeiras décadas do século XIX. A família Pinto foi se estabelecendo no local, que no período era uma pequena vila, e, ao longo de meados do século XIX, tornou-se uma das mais abastadas famílias da região. A herança familiar passou para a geração seguinte, sendo que segundo o mapa estatístico de

Santa Maria de 1858, entre os 8 maiores criadores da região, 5 eram da família Pinto, sendo 4 filhos de Constantino. Destaque ainda para o maior entre estes 4, Francisco José Pinto, o qual viria a ser pai de Pantaleão. Ele possuía a maior fortuna em termos de quantidade de rezes, extensão de propriedade e plantel de escravos.

Assim como recebiam a herança material, os sucessores também recebiam a herança imaterial, através do prestígio social e de alianças com diversos segmentos sociais. Esta lógica de relacionamentos foi seguida de Constantino para Francisco e de Francisco para seus filhos, conforme será demonstrado a seguir. Dos 11 filhos que Francisco teve com Joaquina, o destaque dessa terceira geração da família Pinto em Santa Maria é o investimento na educação. As duas filhas mais novas, Thereza e Manoela em 1864 estavam estudando em Cachoeira (cidade vizinha de Santa Maria), possivelmente no curso primário, a primeira com 14 anos e a segunda com 11. Além disso, o fato inédito para a trajetória desta família foi o diploma de curso superior. Com 18 anos, o sexto filho, Pantaleão José Pinto foi estudar na capital do Império. Fora a primeira vez que os bens oriundos da pecuária da família Pinto foram investidos na formação superior de um de seus filhos (ROSSI, 2015).

Jonas Vargas (2010), estudando a elite política rio-grandense entre 1850 e 1889, fez considerações importantes sobre estratégias familiares da elite sulina no período, sobretudo no que diz respeito à conquista do diploma. “Parece-nos que, em muitos casos, o envio do filho para os estudos no centro do país fazia parte de um *projeto familiar*, em que uma das principais metas era estabelecer (ou reforçar) uma intervenção mais qualificada no mundo da alta política” (p. 209). Enviar um filho para a capital do Império era uma forma de manter certo contato com a corte, o que diferenciava aquela família em relação às outras que não mandavam. Vargas (2010, p. 209) ainda completa “o filho diplomado estava investido de um dos atributos necessários para tornar-se um mediador, o que poderia ser utilizado para captar recursos diversos para a família, incluindo os próprios títulos de nobreza”.

Esse “projeto familiar” estava inserido em uma época em que os profissionais liberais (advogados, engenheiros e médicos) estavam sendo inseridos no cenário da conjuntura política nacional. Vargas (2010) destaca que, se até a década de 1840 a

principal ocupação dos Deputados-Gerais do Rio Grande do Sul era ser militar, magistrado ou padre; a partir de 1850 esta realidade se inverte, fazendo praticamente desaparecer estas profissões, dando lugar aos advogados, médicos e engenheiros. Possuir um diploma passara a ser um pré-requisito para a conquista de uma cadeira na Câmara. Não se pode afirmar que o objetivo da família Pinto era transformar seu filho em um Deputado Provincial, por exemplo. Embora Letícia Guterres (2013) afirme que Pantaleão tenha ocupado esse cargo juntamente com José Alves Valença Júnior, em 1858. Porém, considerando os contatos que possuía na capital da Província, através de parentes que não haviam migrado junto com Constantino Pinto para o interior do Rio Grande do Sul, pode-se inferir que possuía contatos que lhes mantinham atualizados das tendências do Império. Além disso, o fato da família ser uma das mais abastadas da região central, lhe confere um status privilegiado, com o qual poderia facilmente transitar entre as demais regiões e ampliar suas redes para além de Santa Maria. Reduzir a mero acaso o investimento dos bens da pecuária em um diploma de ensino superior na capital imperial, seria desconsiderar toda uma trama de relações que giram em torno das famílias do século XIX, sobretudo, da elite.

Pantaleão, com 20 anos, formou-se bacharel em Letras pelo Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Após concluir seus estudos em Letras, iniciou a Faculdade de Medicina na mesma cidade, diplomando-se médico em dezembro de 1872. No 4º ano em que cursava Medicina, foi convocado a atuar na Guerra do Paraguai, em 1866. “Serviu na brigada de artilharia em Tuiuti, como coadjuvante do Dr. João Severino da Fonseca, chefe da ambulância volante. Pantaleão cuidava do batalhão de engenheiros e do 3º batalhão de artilharia” (SILVA, 2012, p. 256). Foi a partir desta experiência que Pantaleão produziu sua tese doutoral, sobre o cólera. Ele observou a reação dos coléricos, em face à aplicação de vários medicamentos no Hospital Central de Coléricos em Tuiuti, onde atuou.

Após sua formatura no Rio de Janeiro, Pantaleão retornou para Santa Maria no mesmo ano, 1872. No ano seguinte, casou-se com Ana Hoeffner Becker. Ana era a filha única do casal Nicolau Becker e Ana Hoeffner, ambos imigrantes alemães que se

estabeleceram em Santa Maria na década de 1840, oriundos da colônia de São Leopoldo, próximo a capital Porto Alegre.

Olhando para a geração dos filhos de Pantalão é possível perceber uma sequência da estratégia familiar em investir em diploma de ensino superior, sobretudo na área de saúde. Seus dois filhos homens diplomaram-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Nicolau como médico e Francisco como farmacêutico. Além deles, Pantaleão financiou os estudos de farmácia do primo e afilhado de sua esposa, João Daudt Filho, também na capital imperial.

Zacarias Moutoukias fez ressalvas importantes que devem ser pontuadas ao estudar famílias.

Considerar a los agrupamentos familiares a partir de espacios sociales más amplios, estudiando relaciones entre individuos, modifica la representación misma de la familia al reconstruir los mecanismos por los cuales esos individuos, al mismo tiempo que construyen dichas configuraciones, negocian sus cambiantes posiciones relativas (MOUTOUKIAS, 2000, p. 137).

Além de estudar os laços existentes, para que se compreenda o agrupamento familiar é necessário pensar nas relações entre os indivíduos, considerando os diferentes espaços sociais onde atuam. Dessa forma, pensando no investimento em um diploma de ensino superior como uma estratégia familiar, pode-se visualizar uma outra rede de relações dentro desse grupo familiar, relativo à profissão.

O estudo da trajetória de Pantaleão José Pinto, através da análise da sua família e suas redes sociais, serviu para responder a algumas das perguntas que nortearam esta pesquisa: de onde, como e por que surgiram os médicos na segunda metade do século XIX. Utilizou-se o estudo em escala reduzida através da trajetória de um médico atuante e oriundo do interior do Rio Grande do Sul para responder estas perguntas. Foram encontradas nas estratégias familiares e na mudança no perfil das famílias, a partir de meados do século XIX, as respostas. Entendendo, dessa forma, que tornar-se médico nesse período ainda era uma novidade, entretanto, seguindo ao final do oitocentos, essa prática se intensificou, como foi possível perceber pelo investimento na educação superior dos filhos e o aumento do número de diplomados. Ainda que essa realidade seja específica de uma família, penso que tantas outras podem ter adotado a mesma estratégia.

Considerando, claro, a posição social delas, sendo estas parte da elite rio-grandense. Ou seja, dessa forma entendo que mais importante que o diploma de médico, ou qualquer outro, era a sua origem, a família e o prestígio que esta possuía, garantindo-lhe um status privilegiado frente aos demais diplomados.

Ao conquistar seu diploma e regressar para atuar em Santa Maria, Pantaleão contava com o capital social que sua família de prestígio possuía no local. Dentro da perspectiva que este era um ponto importante para garantir privilégios no período, era uma boa estratégia para que se tornasse um dos mais expressivos profissionais no local. Nessa perspectiva, infere-se que o prestígio e a posição já ocupada por sua família, independente da sua diplomação, lhe conferiu um *status* superior perante os outros “doutores”. O fato de ter nascido no local, ser herdeiro de uma respeitada família, ter saído para fazer sua formação e, após conclusão, regressar a cidade e se estabelecer em Santa Maria, lhe confere certa credibilidade. Afinal, Pantaleão foi o primeiro santamariense diplomado a atuar na região.

Segundo os biógrafos do Panteão Médico Rio-Grandense, Pantaleão ficou conhecido como “pai dos pobres”, sendo ele “sábio, humanitário e abnegado” (FRANCO; RAMOS, 1945). Ou seja, foi a própria incorporação do arquétipo médico do século XIX. “Soube construir seu respeito junto a população tanto do ponto de vista objetivo – com competência, influência política e participação ativa na comunidade – quanto soube valer dos aspectos subjetivos, do nível simbólico da figura do curador e da imagem de médico” (WITTER, 2001, p. 83). Afinal, Pantaleão não foi apenas médico, esteve presente em outras esferas importantes de Santa Maria, como a economia e a política.

Pouco tempo após retornar da sua diplomação no Rio de Janeiro, Pantaleão passou a atuar na política local. Participou da Câmara Municipal entre os anos de 1877 e 1880, por ser o vereador mais votado assumiu o cargo de Presidente. Fato que se repete posteriormente, no ano da instalação da República, 1889, Pantaleão fez parte da primeira Comissão da Intendência Municipal de Santa Maria, nomeada pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Pantaleão talvez não soubesse, mas diariamente dava provas à população santamariense de que a medicina e o conhecimento científico o permitiam estar acima dos

outros curadores. “Em cada entardecer, ao entrar do sol, postava-se na esquina oeste da [rua do] Acampamento com [a rua] Tuiuti [no centro] e acertava o relógio, guiando-se por dados astronômicos tirados de almanaques” (BELTRÃO, 2013, p. 530). Esse ato cotidiano era uma forma de demonstrar a eficácia do seu saber erudito, tão importante no estabelecimento da hierarquia entre a medicina e as demais artes de curar. Ou de demonstrar que seu saber era grande e quase “mágico”, todos aspectos que se relacionavam no final do século XIX para construir a ideia de credibilidade.

A relação do santa-mariense diplomado médico com os demais curadores da região não foi conflituosa. Encontrei, inclusive, em um processo de ação ordinária, movido por Guilherme Fischer, boticário, contra um cliente que contraiu uma grande dívida na “Farmácia Fischer”. Entre as testemunhas desde inquérito estava Pantaleão e, como provas da dívida contraída através de medicamentos e receituários, Guilherme apresentou receitas expedidas em sua farmácia pelos seguintes médicos: Pantaleão Pinto, Ramiro Barcelos e Deoclécio Pereira<sup>3</sup>.

Esse processo, além de demonstrar a boa relação entre Pantaleão e o boticário Guilherme Fischer, demonstra que outros diplomados também faziam parte dessa rede de solidariedade. Quer dizer, boticários e médicos possuíam laços de parceria, afinal, se não houvesse uma relação pessoal, não poderiam os diplomados serem testemunhas a favor de Fischer e menos ainda eles prestariam serviços médicos na sua farmácia.

Todos estes curadores possuíam uma posição de destaque em Santa Maria, de uma forma ou outra ligavam-se ao saber erudito. Além disso, a valorização do diploma, bem como o ideal de civilidade – o médico encarna um dos aspectos que compõem a face de um país civilizado – contribuíram para ampliar a aceitação da medicina oficial perante a população (CHALHOUR, 1996).

Pensando neste cenário em que práticos e médicos conviviam através de solidariedades, percebe-se que a partir do momento em que esses indivíduos que conviviam na cidade e possuíam outros laços, além dos profissionais, passam a atuar no local, a aceitação da população aumenta. Ou seja, quando um santa-mariense formou-se

---

<sup>3</sup> Ação Ordinária. Cartório Civil. Autor Guilherme Fischer e Réu Praxedes Pereira da Silva. A. 652. Maço 16. Estante 149. 1887.APERS.

médico e regressou para atuar no local, isso conferiu-lhe um *status* oficial, elitista, mas também lhe manteve próximo daqueles que conviviam com ele desde seu nascimento. Acredito que confiar os seus doentes a quem se conhecia, independente do diploma, era uma forma de garantir que eles seriam atendidos de maneira diferenciada. Semelhante pode se dizer sobre entregar os doentes àqueles a quem seu conhecido indicava. Sabe-se que no período estudado o poder da palavra era valorizado e, sendo assim, muitas relações se formavam por indicação. Ou seja, por exemplo, se Pantaleão, aquele em que a população confiava, por conhecer e possuir laços familiares ou sociais, indicasse um amigo de sua confiança, é possível que essa credibilidade fosse transferida também ao amigo. Refletindo sobre quem foram os médicos que passaram a atuar em Santa Maria após a formatura de Pantaleão, acredito que essa inferência é plausível.

Por exemplo, porque o segundo médico mais encontrado nos registros de óbitos, Henrique Grave, foi companheiro de Pantaleão na Guerra do Paraguai, assim, pode ter ido atuar em Santa Maria a convite dele. Também Ramiro Barcelos, outro diplomado que atuou em Santa Maria nas décadas finais do oitocentos, possuía relações com Pantaleão. Ramiro era natural de Cachoeira, para onde regressou após formar-se no Rio de Janeiro, possivelmente, tendo sido vizinho ou conhecido da família do Pantaleão que era uma das mais abastadas do local. Outro dos mais encontrados nos óbitos foi Tristão de Oliveira Torres, este, por sua vez, estudou medicina na Faculdade do Rio de Janeiro, entre 1871 e 1878, ou seja, em um período concomitante a Pantaleão, formado no final de 1872. Talvez tenham estabelecido laços de amizade no Rio de Janeiro e, devido a isto, pode ter ido clinicar em Santa Maria a convite de Pantaleão, já que não foram encontrados outros dados referentes a sua origem e família.

Além destes médicos que possuíam relações de amizade ou profissionais com Pantaleão, haviam outros com relação familiar próxima. Como já foi dito, Pantaleão investe no diploma do sobrinho, João Daudt Filho e dos dois filhos, Nicolau e Francisco. Além disso, outro médico presente nos atestados de óbitos foi Astrogildo de Azevedo, o qual foi genro de Pantaleão.

Essas relações serviram para pensar sobre como a medicina foi ganhando espaço em Santa Maria. Não é possível afirmar que até o final do período analisado, a segunda metade

do século XIX, a medicina tenha se consolidado. No entanto, isto me permite refletir sobre como os médicos foram adquirindo a confiança da população e, dessa forma, puderam se estabelecer e garantir que sua profissão prosperasse na região. A criação do Hospital de Caridade, em 1903, indica que os médicos foram adquirindo cada vez mais espaços, fundando um dos primeiros hospitais do interior do Rio Grande do Sul, que serviu de referência como modelo de construção hospitalar na região e transformando-o em uma referência no Estado até os dias atuais.

Pensando sobre a ampliação do número de médicos na cidade, a partir da década de 1880, penso que estes passaram a dedicar-se à medicina por interesses pessoais, mas também devido a uma franca expansão do ensino médico e das preocupações com a saúde e a higiene que estavam em voga no período.

Estas breves reflexões sobre a constituição das práticas médicas em Santa Maria em finais do século XIX, levando em conta as redes familiares estabelecidas e parte da atuação desses profissionais, permitem entender como os médicos conseguiram criar um espaço de atuação na cidade. Afinal, nos últimos anos da década de 1890, conseguiram fundar uma sociedade de medicina, a qual deu origem em um dos primeiros hospitais do interior do Rio Grande do Sul, o Hospital de Caridade de Santa Maria. Dessa forma, trazendo a luz algumas reflexões que foram desenvolvidas na minha dissertação de mestrado, é possível perceber os indícios da institucionalização da saúde e da constituição de um campo médico no interior do Rio Grande do Sul. Dados os limites da pesquisa inicial da tese que está sendo elaborada, a respeito da trajetória da medicina na cidade após a fundação do hospital, essa temática será mais aprofundada em trabalhos futuros.

#### **REFERÊNCIAS:**

- BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho** (1787-1930). 3ª edição. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FRANCO, A; RAMOS, S (Org.). **Panteão médico rio-grandense: síntese cultural e histórica; progresso e evolução da medicina no estado do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. **Escravidão, família e compadrio ao Sul do Império do Brasil**: Santa Maria (1844-1882). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2013.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de Saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998.

MOUTOUKIAS, Zacarías. **Familia patriarcal o redes sociales**: balance de una imagem de la estratificación social. Anuario del IEHS. N. 15. Pp. 133-151. 2000.

PORTER, Dorothy. “*Public Health*”. In: BYNUM, W.F and PORTER, Roy (eds). **Companion Encyclopedia of the History of Medicine**. Vol 1. London and New York: Routledge, 2001, pp.1231-1261.

ROSSI, Daiane Silveira. **Ações de saúde pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria: UFSM, 2015.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. **Doutores e canhões**: o corpo de saúde do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870). Tese em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte**: a elite política do Rio Grande do Sul (1850 – 1889). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço**: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.